



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03 /20

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 19 DE
DEZEMBRO DE 2020**

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta vila de Alcochete e Fórum Cultural de Alcochete, pelas 14:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelipes Rei, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Bruno José Pereira Soares e Ricardo Alexandre Gomes Loureiro.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miriam Pires Boieiro, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Rodolfo Soares Marques Pereira, Susana Isabel Marques Pereira Maia.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandra Isabel da Silva Brás.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da junta de freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

Álvaro Jacinto Costa, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Henrique de Meneses Infante da Câmara, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Ana Cristina de Almeida Brandão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem pessoal, tendo sido substituída por Luís Miguel Cesário. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, por motivo de saúde, tendo sido substituída por Diogo da Silva Mourão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Luiz Branco Batista, justificou a sua ausência por motivo saúde, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Ana Mafalda Boieiro Marques, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por David Pereira Tavares. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Nuno António Rosa Bento. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Maria de Fátima Lima Vieira.

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto, Estêvão António das Neves Boieiro, Jorge Manuel Pereira Giro e Pedro Miguel Abreu Louro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- Ata da sessão ordinária realizada em 13 de fevereiro de 2020

Submetida à discussão, o presidente da assembleia propôs as seguintes alterações:

“Na página 7 onde se lê: ...remetido u8m...”, deverá ler-se “...remetido um... e onde se lê “...pode5 a ter...”, deverá ler-se .”poderá ter...”.

“Na página 9 onde se lê: “...há três anos atrás”, deverá ler-se “...há três anos”.

“Nas páginas 17 e 19, onde se lê: Esta proposta de votação, foi aceite por unanimidade”, deverá ler-se “Esta proposta de votação foi aceite por unanimidade.”

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, com as alterações propostas.

Ao abrigo da alínea e) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal usaram da palavra os seguintes membros:

- Ana Lúcia Maduro:

Questionou qual o estado da pandemia no concelho e louvou o comunicado enviado pela Associação Humanitária dos Bombeiros de Alcochete que muito honra com a sua honestidade e trabalho e desejou as rápidas melhoras aos que se encontram doentes para que possam voltar ao ativo o mais brevemente possível.

João Santos:

Esclareceu o seguinte: Quando o executivo da Junta de Freguesia de S. Francisco tomou posse encontrou um posto de correios de saída; a contabilidade do ano de 2017 não estava lançada; os documentos contabilísticos dos anos de 2014 e 2015 encontravam-se numa empresa em Borba sem qualquer registo de saída da junta de freguesia; encontraram muitas dívidas a fornecedores, à ADSE, à caixa Geral de Aposentações, às Finanças e à Segurança Social. A associação de bombeiros e as coletividades do concelho estavam sem qualquer apoio.

Quanto a algumas publicações e comentários nas redes sociais esclareceu: contrariamente ao que é dito, uma das funcionárias da junta de freguesia nunca esteve suspensa nem foi readmitida. A funcionária esteve de baixa médica e quando teve alta retomou as suas funções, o que é normal.

Foram encontradas divergências financeiras nos anos de 2014 e 2015 cuja documentação como já anteriormente afirmado nem sequer se encontrava na junta de freguesia. Para se proceder à verificação, foi constituída uma comissão com três membros da assembleia de freguesia em conjunto com o executivo da junta de freguesia. Foram feitos diversos telefonemas para a empresa em Borba, para que indicassem por escrito a discrepância dos valores. A auditoria custava 9 800,00 euros acrescido do IVA, valor que a junta não tinha condições para suportar.

Após cinco sessões de análise da documentação encontraram-se divergências contabilísticas e chegou o dia de colocar o assunto à votação, tendo o elemento da CDU faltado (mais tarde disse que se esqueceu).

Atualmente, a junta de freguesia tem os pagamentos em dia e continua a pagar as dívidas deixadas pelo anterior executivo. O funcionamento dos correios continua a funcionar em pleno e a contabilidade está organizada e acompanhada por uma empresa certificada, o que não acontecia anteriormente.

Contudo e em face disto, solicitou aos presidentes da câmara e assembleia municipal que caso o entendessem poderiam nomear uma comissão para acompanhar e fiscalizar todos os atos praticados pelo atual executivo da junta de freguesia, para que de uma vez por todas se deixem de fazer acusações ofensivas sem fundamento quando não se tem conhecimento das coisas.

- Alexandra Brás:

Solicitou um ponto de situação à evolução da pandemia no concelho, nomeadamente em relação ao Plano de Ação que exista para no caso de haver algum surto em lares ou mesmo como os bombeiros (como se verifica) e desejou as rápidas melhoras aos que se encontram infetados.

- Pedro Ferreira:

Afirmou que já na sessão de junho se referiu à de intervenção que a câmara irá fazer na Escola Básica do Samouco, tendo na altura questionado por que motivo a câmara tinha reunido com a Associação de Pais (e bem) e com o Agrupamento de Escolas e à junta de freguesia ocultou o projeto, dado que apenas tomou conhecimento do mesmo através de uma notícia da câmara e não em reunião.

Esclareceu que volta agora ao assunto porque por motivos de saúde (e não por outros) esteve impedido de comparecer na sessão de setembro.

Lamentou que o presidente da câmara tenha afirmado em reunião de câmara que não se lembrava desde quando não eram efetuados investimentos na escola, porque isto o ofende e ofende os executivos que tenham estado na junta de freguesia de Samouco.

A junta de freguesia promoveu a requalificação de praticamente todo o piso do recreio (que era de areia) há cerca de dez anos. O piso frontal (emborrachado) foi substituído porque as placas estavam levantadas, tendo isto custado cerca de sete mil euros.

Também foram feitas as marcações para um campo de futebol pequeno e colocadas balizas pequenas. Foram desenhados jogos didáticos e feita a vedação da única parte que é atualmente em areia porque se trata de uma horta pedagógica e foi adquirido um escorrega para substituição do existente (também adquirido pela junta de freguesia).

A propósito desta última substituição, afirmou que a vereadora Maria de Fátima Soares na altura ficou muito ofendida pelo facto de a junta de freguesia estar a promover um investimento na escola, mas não o fica quando não dá a conhecer a criação do espaço provisório para onde as crianças transitarão a partir de janeiro devido às obras na escola. Também não têm conhecimento da transferência dos equipamentos de um espaço para outro e que já se encontram instalados, quando os mesmos também foram adquiridos pela junta de freguesia.

Não entende o que leva o executivo da câmara municipal a tomar uma atitude destas para com a Junta de Freguesia de Samouco. Entende que merecia mais respeito e uma atitude não prepotente, porque para além da informação sobre a iluminação de Natal nada mais informam.

- Andreia Sousa:

Em virtude de nas últimas semanas se ter registado um grande número de casos de Covid 19 quer a nível local quer a nível nacional, apelou a que fosse repensado o formato da assembleia municipal enquanto a situação não estivesse mais controlada.

- Diogo Mourão:

Solicitou um ponto de situação quanto ao protocolo efetuado entre a câmara e a Associação Nacional de Farmácias para que as pessoas de maior risco pudessem ser vacinadas contra a gripe nas farmácias do Serviço Nacional de Saúde.

- Presidente da Assembleia Municipal:

Em resposta ao deputado João Santos, esclareceu que a Junta de Freguesia de S. Francisco tem um órgão que a fiscaliza que é a Assembleia de Freguesia de S. Francisco, contudo se a assembleia municipal receber formalmente um pedido para constituição de uma equipa o mesmo deve ser desbloqueado para que sejam esclarecidos os assuntos que passam nas redes sociais, nomeando por isso um deputado de cada bancada.

Quanto ao funcionamento da assembleia municipal entende que é nesta que as questões devem ser colocadas e não nas redes sociais, porque não lhe parece correto que um membro da assembleia diga algumas coisas nas redes sociais, antes de as colocar nas sessões deste órgão (realização das sessões no atual formato). Lamentou também que a presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, à boleia, também tenha criticado a assembleia no *Facebook*.

Realçou que tal como o presidente da Junta de Freguesia de Samouco afirmou, há determinadas regras de conduta entre órgãos, contudo, irá auscultar os líderes parlamentares para tentar arranjar outra solução.

- Presidente da câmara:

Em resposta aos anteriores deputados e quanto à pandemia afirmou que se vivencia um dos piores marcos da história da humanidade, mas está convicto que todos juntos será possível ultrapassar esta adversidade apesar de muitos tombarem, quer pessoas quer empresas. O desemprego será maior e muitas famílias irão certamente sofrer muito com esta incerteza, mas diariamente o executivo camarário está atento a este problema, no sentido de poder encontrar as soluções que possam ajudar todos os que irão sentir dificuldades. O executivo assume todas responsabilidades dos atos que sejam tomados, mas lembrou que as decisões não são fáceis de tomar.

O país está em Estado de Emergência e o concelho continua na lista de risco elevado, com um conjunto de limitações quer a nível nacional quer local. O vírus tem evoluído de forma perigosa e veja-se: 7 casos em março, 18 em abril, 1 em maio, 3 em junho, 2 em julho, 6 em agosto e a partir daqui o crescimento foi exponencial, mostrando atualmente uma grande preocupação no concelho. Em setembro já se registavam 19 casos, 37 em outubro, 61 em novembro e no final do mês já eram 266.

No momento, a grande preocupação prende-se com a freguesia de Samouco que apresenta um crescimento exponencial e atípico porque as infeções abrangem todos os escalões etários. Deu também conhecimento dos casos na escola secundária, na associação dos bombeiros e na Santa Casa e os procedimentos que foram adotados, em conjunto com a Autoridade Local de Saúde e o Serviço de Proteção Civil.

Em relação à câmara municipal registam-se 6 trabalhadores com infeção mas nenhuma aconteceu no exercício das suas funções, porém, encontram-se em isolamento e estão a ser acompanhados pela Autoridade de Saúde Local.

A terminar, apelou à responsabilidade de todos e deixou uma palavra de solidariedade a todos os que combatem na linha da frente.

Informou ainda que até ao dia 2 de dezembro foram praticados 442 atos de vacinação das 1 700 que o município protocolou com a Associação Nacional de Farmácias por via da associação *Dignitude*.

Em resposta ao deputado Pedro Ferreira esclareceu que quando referiu que não tinha memória de investimentos na escola básica do Samouco, falava em investimentos estruturantes, não se revendo por isso nas afirmações do deputado. Considerou importantes os investimentos efetuados pela junta de freguesia, mas não são estruturantes.

Mais disse, que a câmara também nunca deu a conhecer às outras duas juntas de freguesia as intervenções que iria efetuar nos equipamentos escolares na respetiva freguesia, por isso também não o fizeram com a Junta de Freguesia de Samouco, apesar

de isso não ser demonstrativo de que menosprezam o trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia.

Relativamente ao pedido da Junta de Freguesia de S. Francisco para criação de uma comissão de fiscalização, informou que a câmara seguirá os passos que a assembleia municipal promover.

- Pedro Ferreira:

Na sua opinião, trata-se de uma questão de cordialidade entre órgãos e quanto aos investimentos a junta de freguesia nunca poderá fazer os estruturantes porque obviamente não tem verbas para tal, porém, é um facto que tem feito pequenos investimentos à sua dimensão.

Salientou que a junta de freguesia também conhece a legislação sobre os parques infantis e por isso também sabem que devem ser efetuadas vistorias periódicas aos mesmos e ainda está à espera desde o início de 2019 que a câmara envie o resultado das mesmas.

Na sua opinião, a vereadora não quis apenas alertar para a legislação e por isso mesmo, considerou a atitude da mesma um ato autoritário porque o espaço pertence à câmara municipal, mas o equipamento é da junta de freguesia.

- Francisco Silva:

Solicitou que fossem concretizadas algumas medidas tomadas pelo executivo e questionou se não existe alternativa ao Alfeite, no alojamento local, quando houver necessidade por parte de alguns bombeiros que fiquem infetados.

- Presidente da câmara:

Informou face ao questionado que as competências na área da pandemia estão bem definidas. A câmara faz o que lhe compete e vai até um pouco mais além (porque tem sempre em atenção que se trata de pessoas) e trabalha sob a égide da Autoridade Local de Saúde.

Na área da sensibilização tem sido feito um trabalho extraordinário e foram reforçados alguns setores, nomeadamente na Divisão de Intervenção Social. O Serviço Nacional de Proteção Civil está diariamente em contacto com a Autoridade Local de Saúde, bombeiros e GNR e alguns dos problemas que acontecem tem a ver com a disponibilidade que cada uma das entidades tem para desenvolver as suas competências, como é o caso da GNR, sublinhando que há muita falta de civismo por parte das pessoas no que diz respeito ao cumprimento de regras.

Como exemplo de medidas tomadas deu exemplo da isenção do pagamento dos espaços públicos, redução no valor da fatura da água quer para as empresas quer para os consumidores para além da promoção de múltiplas mensagens quanto à sensibilização.

Esclareceu que a utilização do Alfeite faz parte do que está delineado quando não há outras hipóteses e também que há três bombeiros que se encontram em alojamento

local, apesar de não lhe parecer a melhor solução. O surto no Samouco deu-se em meio familiar, não tendo por isso a ver com questões laborais ou de sensibilização.

Em resposta ao deputado Pedro Ferreira, afirmou que conhece bem o Samouco de há muitos anos e que como exemplo de que a câmara não persegue ninguém, elogiou o trabalho que a junta de freguesia promoveu no cemitério (canteiros) não tendo a câmara ficado aborrecida pelo facto de aquele órgão se ter substituído à câmara, num trabalho que certamente foi do agrado dos fregueses.

Com a permissão do presidente da câmara, a senhora vereadora Maria de Fátima Soares informou que reúne (através do digital) várias vezes quer com o Agrupamento de Escolas quer com a Associação de Pais da escola do Samouco e do Monte Novo, dado os pais também se encontrarem em confinamento.

Mais disse, que se o presidente da Junta de Freguesia de Samouco tinha interesse em conhecer o projeto a fundo, também a poderia ter procurado, tanto mais que nunca lhe negou nenhum pedido de reunião. As reuniões com as Associações de Pais são para tratar de questões de funcionamento que não dizem respeito à junta de freguesia.

Considerou também ser óbvia a falta de investimento em todo o parque escolar durante os anteriores mandatos, mas o atual executivo já investiu nesta área cerca de cinco milhões.

Esclareceu quanto ao brinquedo no recreio, que o receio se deveu ao facto de na escola do Monte Novo os pais terem montado um brinquedo para fazer uma festa no local. Acontece que foram chamados à atenção pelos Serviços, afirmando que o procedimento não podia ser assim, porque deverá ser assegurado por uma empresa certificada, para se poder ilibar a câmara de responsabilidades. No caso do Samouco se houver algum problema serão pedidas justificações à junta de freguesia, tanto mais que esta ao pedido de envio do certificado do brinquedo remeteu um documento escrito em chinês, para além de solicitar os certificados dos brinquedos instalados nos parques infantis.

Salientou que é a vereadora responsável pelo pelouro da Educação e por esse facto é que abordou a junta de freguesia.

- Pedro Ferreira:

Esclareceu que não pediu os certificados, mas sim o resultado das vistorias aos mesmos que resultam da Lei (nos parques infantis do Samouco) mas até ao momento ainda não os recebeu.

Lembrou uma vez mais a sua intervenção na sessão de junho, que na sua opinião era bem demonstrativa do interesse que tinha em conhecer o projeto para a escola, não esquecendo a forma como a vereadora se lhe dirigiu quando entrou numa reunião para tratar de outra matéria.

- Presidente da assembleia municipal:

Referiu não ver qualquer relevância nas anteriores intervenções e afirmou que a postura do deputado ausente da sessão, mas que simultaneamente escreve nas redes sociais a

propósito do estado de espírito do presidente da câmara e mais escreve, que todos os presentes não deveriam fechar os olhos à falta do cumprimento das regras relativas à pandemia, acusando-os de irresponsáveis, é na sua opinião uma grande falta de respeito.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 17.º do Regimento da Assembleia, usaram da palavra os seguintes membros:

- Diogo Mourão:

- Diogo Mourão apresentou em nome do PS, um Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Ana Lúcia Maduro, apresentou em nome do PS um Voto de Pesar pelo falecimento de Jerónimo Cachimbo. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Ana Cristina Brandão, apresentou em nome da CDU, um Voto de Louvor aos Comerciantes do Concelho de Alcochete. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

- Ana Cristina Brandão, apresentou em nome da CDU, uma Saudação ao Movimento Associativo do Concelho. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetido à discussão e votação foi aprovado por unanimidade.

- Ana Cristina Brandão, apresentou em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção “Contra o aumento da idade para poder assistir a espetáculos tauromáquicos” – (Documento anexo à Minuta da Ata)

Submetida à discussão, usaram da palavra os seguintes membros:

- Diogo Mourão:

Afirmou que concordava com a moção, mas não sabia se a moção faria sentido, dado que o orçamento do estado já foi aprovado com os votos favoráveis do PCP. Quanto ao concelho de Alcochete, os eleitos do PS sempre estiveram na defesa da festa brava.

Referiu também que não lhe agradava estar a votar com base em notícias de jornais e televisão.

- Presidente da assembleia municipal:

Referiu que após a votação do orçamento do estado nunca mais ouviu falar no assunto, nem tão pouco foi discutido na Assembleia da República, pelo que lhe causa estranheza

estar a votar coisas imaginárias, contudo, questionou onde se encontrava formalmente inscrita esta matéria, fazendo depender da informação o seu voto.

- Ana Brandão: Esclareceu que o assunto foi apresentado e votado na Assembleia da República.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que não tinha conhecimento.

- Pedro Ferreira:

Referiu que a moção apresentada devia ser votada. Trata-se de um assunto discutido na Assembleia da República e o documento reflete a tomada de posição do concelho de Alcochete relativamente ao que estão a querer fazer à tauromaquia a nível nacional. A câmara municipal já tomou posição e a assembleia municipal também o deve fazer.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que o deputado anterior estava equivocado, dado não ter dito que ia retirar da votação, apenas pediu um esclarecimento.

- Natacha Patinha:

Adiantou que a notícia é pública, corre nas redes sociais e nos jornais, logo não pode ser novidade para ninguém. No *sapo.pt* tinha a notícia “Menores de 16 anos proibidos de assistir e participar em touradas” (a lei entra em vigor no próximo ano). A proposta foi apresentada pelo PAN e o Governo concordou.

Também na assembleia de freguesia de Alcochete foi aprovada uma moção por unanimidade.

Diogo Mourão:

Alertou para o facto de as notícias nas redes sociais nem sempre serem verdadeiras e informou que a bancada do PS está confortável com a decisão que irá tomar e que cada um saberá como votar.

- Presidente da assembleia:

O trabalho dos deputados da assembleia municipal não é responder às redes sociais, ele, apenas responde a casos concretos e officiosos e questionou de novo que lhe indicassem qual o n.º da referida Lei.

- Pedro Ferreira:

Esclareceu que nunca colocou em causa o que o presidente da assembleia afirmou na sua primeira intervenção, mas sim que a CDU é que mantém a moção apresentada para votação.

Considerou a afirmação do presidente da assembleia é uma contradição, lembrou que a assembleia municipal iniciou os seus trabalhos com questões das redes sociais e que em quase todas as sessões tratam de notícias nas redes sociais.

- Presidente da assembleia:

Entende que não se deve comparar as coisas, dado que nunca propôs um assunto para votação a partir de conteúdos das redes sociais.

- Ana Brandão:

Informou que a referida legislação se trata de um Projeto de Lei com o n.º 580/XIV/2.º apresentado na Assembleia da República e o presidente da assembleia municipal agradeceu a resposta.

Submetida à discussão e votação foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 2 abstenções dos deputados Ricardo Loureiro e João Santos.

- Susana Maia, em nome da CDU, propôs uma Saudação “aos Bombeiros Voluntários de Alcochete”

Submetido à discussão e votação foi aprovado por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram pedidos de intervenção.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL DA ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – ELH – PARA O CONCELHO DE ALCOCHETE – DECISÃO FINAL DE PROCEDIMENTO

Submetida à discussão, o presidente da câmara realçou ser este assunto de elevada importância dado que assenta na carência das pessoas e necessidades primárias da população do concelho. Em conjunto com a AML é um assunto que terá início em 2021 e se estenderá até 2026 com prolongamento até 2029.

A proposta apresentada para a Estratégia Local de Habitação resulta de um trabalho intenso e de profícua relação entre a câmara e a empresa Sociedade Portuguesa de Inovação, que entregou o documento final depois de revisto, de acordo com o estudo e análise do Instituto Nacional da Habitação e Reabilitação Urbana (IRU) no âmbito do programa “1.º Direito”.

O documento identifica e caracteriza agregados familiares que vivem em situação indigna em todo o concelho, num total de 176 agregados considerados elegíveis para candidatura ao programa. Em risco de exclusão encontram-se 74 agregados com necessidade de realojamento e 102 vivem em habitações com necessidade crucial de reabilitação.

Saudou os técnicos da câmara que acompanharam a Vereadora Maria de Fátima Soares nesta matéria, pela relevância do documento que assenta naquilo que é estratégico do executivo para 2021 e os dados serão plasmados no orçamento que oportunamente será apresentado.

Com a permissão do presidente da câmara, a vereadora Maria de Fátima Soares elencou as funções do município face a esta Estratégia de Habitação Local e explicou a matéria referente às majorações e aos valores a fundo perdido.

Após as explicações, com a permissão do presidente da assembleia municipal usou da palavra o arquiteto Leonel representante da empresa anteriormente referida e através de uma apresentação em *powerpoint* fez a apresentação do programa de Estratégia Local para a Habitação.

Após a apresentação colocaram algumas questões o presidente da assembleia municipal (patamar para se poder aceder ao programa) e o deputado Pedro Ferreira (pátio na rua 1.º de Dezembro, fogo na rua Mouzinho de Albuquerque e na praça José Coelho e nos agregados que vivem junto ao cemitério do Samouco) e a deputada Andreia Sousa (arrendamento a custos acessíveis para jovens) tendo sido esclarecidos pelo arquiteto Leonel, presidente da câmara e vereadora Maria de Fátima Soares.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade (Documento anexo à Minuta da Ata)

Susana Maia fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 3 –3.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2020

Submetida a proposta à discussão, o presidente da câmara referiu que a alteração contempla um grande conjunto de ocorrências, nomeadamente à mobilidade de alguns funcionários para outros organismos e as consolidações de mobilidade, aposentações e o falecimento de outros.

A alteração também faz o registo das necessidades sentidas face às inúmeras empreitadas que se encontram em curso e a concretizar em breve. Os lugares ocupados são 412 e o total no Mapa é de 480. Entre a 1.ª e 2.ª alteração na categoria de dirigentes a variação é de mais um elemento; nos técnicos superiores é de mais quatro e os assistentes operacionais têm uma variação de 35%.

Submetida à votação foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 9 abstenções da CDU. (Doc 17)

De seguida o presidente da assembleia propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

O presidente da assembleia municipal propôs a discussão conjunta dos 4 pontos seguintes e a sua votação em separado, o que foi aceite.

PONTO 4 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2021-2025, ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL PARA OS ANOS DE 2021-2025 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2021

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Referiu que a proposta apresentada reflete com rigor as várias ações que a câmara irá desenvolver, apesar de existirem determinadas rubricas que no momento apresentam valores de mil euros ou até menos que serve para não se criarem desequilíbrios no 1.º trimestre. O orçamento sofrerá alterações como todos os outros até ao final do exercício, não só por força do ciclo pandémico, mas também por força da implementação do Saldo de Gerência.

Salientou que os documentos foram elaborados com uma visão macro que se estende até 2025, sem nenhuma garantia de vinculação tanto atendendo a que são valores meramente estimativos.

O orçamento reflete a capacidade de investimento, mas deixa igualmente subjacente as dificuldades emergentes do ciclo pandémico que se atravessa e as dificuldades decorrentes do processo de descentralização.

Destacou os investimentos realizados e em execução nas várias áreas: Saúde, Desporto, Edifícios Municipais, Educação, requalificação da rede viária entre outras.

Frisou o facto de a câmara continuar a fazer investimento, mas simultaneamente e de forma coerente, baixar os respetivos impostos e devolver às famílias parte dos impostos cobrados.

Informou também que o orçamento para 2021 é dos maiores do município até ao momento: dezanove milhões trezentos e trinta e seis mil e duzentos e vinte e quatro euros; comparando com período homólogo regista-se um crescimento de cem mil euros e é exponencial face ao de 2018. Do valor orçamental 41,5% destina-se a despesas com Pessoal e foram criados 23 postos de trabalho dos quais 431 estão ocupados, ficando 76 por preencher.

Em relação ao Pessoal, destacou a Opção Gestionária para 2021 (congelada durante um largo período).

A dívida da câmara reduziu e aumentou o investimento. O prazo médio de pagamento a fornecedores é inferior a 60 dias.

Em relação aos impostos estes foram baixando todos os anos e em particular o IMI, estimando uma redução da receita para 2021 de cento e vinte mil euros.

Quanto à Derrama, nos orçamentos de 2018, 2019 e 2020 foi aplicada uma redução de 1% para os sujeitos passivos com um valor de negócios no ano anterior que não ultrapassasse os 150 mil euros e manteve-se a derrama geral de 1.5%. Para 2021, apresentam uma taxa de 0,5% para um valor de negócios de 150 mil euros e a derrama geral de 1,5%.

Na Participação Variável do IRS em 2018, 2019 e 2020 foi aplicada a taxa de 5% e para 2021 é proposta a redução de 1 ponto percentual e com isso fica prevista uma redução de cerca de 170 mil euros.

Quanto ao IUC, tendo tido variações significativas ao longo dos anos e em 2021 foi arrecadada a receita de cerca de meio milhão de euros.

De seguida enumerou todas as empreitadas e respetivos valores de adjudicação, assim como a ajuda prestada às instituições e às comissões de festas do concelho.

- Francisco Silva:

Afirmou que naturalmente o orçamento apresentado sofrerá retificações, contudo parece-lhe que o documento é incompleto em algumas matérias, entre as quais; a requalificação da EN 119 que liga S. Francisco a Alcochete que já vem do orçamento de 2018 e continua a ser empurrado para 2022. A Estratégia Local de Habitação para jovens não está contemplada e os investimentos efetuados nas áreas desportiva e de juventude não são sinónimos de políticas desportivas e de juventude ativas no momento atual. Por tudo isto manifestou a intenção de o PSD votar contra o orçamento.

- Ricardo Loureiro:

Salientou as expressões “redução de dívida que vem acompanhando o mandato” e “grande capacidade de investimento apesar do cenário de redução de impostos”.

- Diogo Mourão:

Referiu que com o pilar do orçamento na Ação Social e habitação a custos reduzidos, estes acarretarão um grande investimento da câmara que não era habitual nesta ordem de grandeza, e questionou se existirão áreas de investimento que ficarão mais penalizadas.

- Ana Luísa Lourenço:

Relativamente ao presidente da câmara ter afirmado quanto à requalificação da rede viária que esta foi efetuada com estratégia, questionou em que é que isso se traduziu, ou seja, quantas empresas se instalaram no concelho e qual a atual taxa de desemprego e a que havia antes do atual executivo tomar posse.

- Lembrou ao deputado Francisco Silva que ao manifestar intenção de votar contra o orçamento estava também a votar contra aquilo que é a pretensão de todos: criação da via ciclável e pedonal que liga S. Francisco a Alcochete, que só não está feita porque obedece a determinados critérios que começam com o estudo prévio e o restante desenrolar do processo leva o seu tempo.

Quanto à habitação a preços controlados se o deputado não compreendeu tudo o que já foi explicado, então o problema é dele, assim como em relação às políticas de juventude e de desporto. As requalificações dos equipamentos desportivos estão contemplados e são uma realidade, para além de se estar a trabalhar na Carta Desportiva.

Em resposta ao deputado Diogo Mourão referiu que de facto há outras áreas que ficam um pouco para trás, como sejam as operacionais para as quais a câmara tencionava adquirir mais 4 ou 5 viaturas e não o irão fazer, contudo, irão adquirir uma retroescavadora e ainda uma viatura para transporte escolar. Haverá redução na programação da cultural, compensada com a participação da AML por via da *Rede Mural 18*, mas a seu tempo os investimentos serão recuperados por via da implementação do Saldo de Gerência.

O orçamento para 2021 privilegia essencialmente a Área da Ação Social em função da situação pandémica que se vive.

Respondendo à deputada Ana Luísa Lourenço informou que a câmara não conhece o número total de empresas que existem no concelho, porém de fonte fidedigna tem conhecimento que várias se estão a instalar em Alcochete.

A taxa de desemprego no concelho estava mais baixa do que a da média nacional. Quanto à estratégia na rede viária, esclareceu as alterações que foram efetuadas nas vias que servem os parques industriais do Passil e do Batel.

- Presidente da assembleia municipal:

Como complemento esclareceu que a taxa de desemprego em Alcochete em 2017 era de 8,9% e em outubro de 2020 era de 4,8%.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 12 votos a favor (PS e CDS-PP), 9 abstenções (CDU) e 2 votos contra (PSD). (Documento anexo à Minuta da Ata)

Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Miriam Boeiro fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Francisco Silva fez declaração de voto em nome do PSD. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 5 - TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2021 – DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, OBJETO DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO / FIXAÇÃO DE TAXAS DE IMI E SITUAÇÕES DE RESPECTIVA MAJORAÇÃO E REDUÇÃO PARA OS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 9 abstenções da CDU.(Documento anexo à Minuta da Ata)

Diogo Mourão fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Miriam Boeiro fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 6 – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2021

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 9 abstenções da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Sérgio Simões fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 7 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2022

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Francisco Silva:

Afirmou que contrariamente à que foi a posição do PSD na votação do orçamento, congratulou o executivo por ir ao encontro das posições que o PSD Alcochete tem defendido ao longo do mandato, mas também por mostrar ousadia e coragem no momento complicado que se vive, baixando a receita por via da redução nos impostos.

- Ricardo Loureiro:

Referiu que o atual mandato se tem caracterizado pela descida de impostos contrariamente àquilo que foi noutros tempos, questionando se virão tempos fáceis para continuar a ajudar as pessoas com mais esta medida.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que o orçamento tem de ser sustentável e Alcochete é dos municípios que menos verbas recebe do Orçamento do Estado e lembrou que a taxa de IMI nunca foi tão baixa quanto a que foi agora aprovada.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Francisco Silva fez declaração de voto em nome do PSD e relativo aos três impostos. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Ricardo Loureiro fez declaração de voto em nome do PS. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 8 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO INVESTIMENTO A SER FINANCIADO POR EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NO VALOR DE €2 132 600,00

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Ana Luísa Lourenço:

Questionou se os empréstimos referidos nos pontos 8 e 9 já constavam no montante da dívida de médio e longo prazo, porque caso contrário, se se somar ficará igual ao valor encontrado aquando da tomada de posse.

- Presidente da câmara:

Esclareceu que não dado que apenas no ponto 9 será ou não aprovada a contração do empréstimo.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 9 - AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO VALOR DE €2 132 600,00 – ANÁLISE DE PROPOSTAS E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Esclareceu que para a câmara poder realizar as três obras apresentadas no ponto 8 é preciso recorrer à contração de empréstimo. São três obras que terão apoio de fundos comunitários e a proposta terá que ser aprovada por maioria dos deputados em efetividade de funções.

Para o ano de 2020 o limite de endividamento é de €3 843 712,94 pelo que o valor dos projetos se enquadra perfeitamente.

- Ricardo Loureiro:

Referiu que há algum tempo ouviu falar na construção de um caminho pedonal na avenida 5 de Outubro, mas que por questões de “timing”, de disponibilidade ou de escolha não foi feito, apesar de alguns considerarem que era um erro crasso porque se perderia um financiamento de um milhão de euros. Face a isto questionou se o projeto é o mesmo ou se é diferente. O agora apresentado terá mais custos e também será financiado com ajudas estatais a fundo perdido? O que fez o executivo mudar de opinião?

- Presidente da câmara:

Notou que este assunto já foi debatido mais que uma vez na assembleia municipal, porém voltou a elencar tudo o que se passou sobre o projeto após a tomada de posse do executivo até ao que agora faz parte das obras contempladas neste ponto.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Não votou o presidente da assembleia municipal ao abrigo da alínea a) do artigo 69.º do CPA.

PONTO 10 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SEGUROS” – ENCARGOS PLURIANUAIS

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 11 - ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRANSPORTES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 12 - NÃO ACEITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2021 REFERENTE AO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, ALTERADO PELO DECRETO-LEI N.º 56/2020, DE 12 DE AGOSTO, NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Francisco Silva referiu que se não foram aceites no próximo ano serão posteriormente, pelo que questionou o que está a ser feito em termos de previsões e compromissos futuros por parte do executivo, aquando da passagem de competências.

- Presidente da assembleia:

Esclareceu que a prorrogação do prazo se deve a não estarem ainda definidas as contrapartidas financeiras.

- Vereadora Fátima Soares:

Com a autorização do presidente da câmara lembrou a título de exemplo, que a escola D. Manuel I não foi intervencionada apesar de todo o esforço que o executivo tem feito junto da Tutela para que durante o ano de 2021 isso aconteça, porque pelo levantamento já efetuado não lhe parece de todo que a câmara possa ficar com o edifício sem que este seja intervencionado.

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 13 - PROCEDIMENTO DE CLASSIFICAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL DO EDIFÍCIO PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE, SITO NA RUA DR. CIPRIÃO DE FIGUEIREDO, NÚMEROS 24 a 30 - ALCOCHETE

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 14 - REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2020: 3.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI e AMR) DE 2020

Submetida à discussão, o presidente da câmara explicou que esta proposta se deve ao facto de haver necessidade de arrecadar receita por via do PEPAL (eficiência energética da piscina municipal e venda de uma parcela de terreno).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP) e 9 abstenções da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 15 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DESTINADA A EQUIPAMENTO, RESULTANTE DO PROCESSO DE LOTEAMENTO E-10/00

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.
(Documento anexo à Minuta da Ata)

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 20:50 horas, o presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,